

*Ata da 36ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do
Estado da Bahia,
em 15 de agosto de 2013.*

Presidência do Senhor Deputado Euclides Fernandes, *ad hoc*. À hora marcada, compuseram a Mesa dos trabalhos: a Superintendente Regional do Trabalho, Isa Maria Simões, representando o Ministro do Trabalho, Emprego e Renda, Manoel Dias; o Coordenador-Geral do Fórum Sindical dos Trabalhadores e ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lourenço Ferreira do Prado; a Des. Dalila Nascimento Andrade, representando a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 5ª Região, Des. Vânia Chaves; o Presidente da Federação dos Empregados do Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia (Fecombase), Márcio Luiz Fatel; o Procurador Regional do Trabalho, Jairo Lins de Albuquerque Sento Sé, representando o Procurador-Chefe do Ministério Público; o Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da Bahia, George Almeida; o Diretor-Presidente da CBPM e Presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Alexandre Brust; o Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patch; o Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Alberto Bastos Balazero; o Presidente da UGT Bahia, Magno Lavigne; o Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas, Eliel Teixeira; e o Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho na Bahia, Carlos Alberto Dias. O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão **em comemoração aos 70 anos da promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)** (01 de agosto), esclarecendo que a Sessão foi proposta por ele e contou com a parceria da Fecombase. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, o Deputado Euclides Fernandes discorreu sobre a CLT, que surgiu em decorrência do novo modelo econômico que se instalou no País a partir de 1930 (surgiram novas profissões e com elas a necessidade de regulamentação desse trabalho), da mobilização popular e da contribuição de vários intelectuais brasileiros para a proteção do trabalhador. Foi criada em 01 de maio de 1943, no Governo Getúlio Vargas, passando a vigorar em novembro daquele ano. A Consolidação das Leis Trabalhistas é uma importante conquista do trabalhador, que unificou toda a legislação sobre o tema e passou a ser o principal instrumento de regulamentação das relações de trabalho no Brasil. Nos 922 artigos são garantidos ao trabalhador, entre outros direitos, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, o vale-transporte, férias, adicional noturno, licença-paternidade/maternidade, décimo terceiro salário, fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS) e limites para a aposentadoria. Salientou que, apesar dos 70 anos, a CLT continua perfeitamente aplicável na defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros, entretanto, precisa de ajuste para atender as novas demandas de trabalho. Nesse sentido, considerou

necessário que se faça uma reflexão sobre o processo histórico de lutas e sobre a conquista de direitos dos nossos trabalhadores. O Sr. Lourenço Ferreira do Prado asseverou que a CLT é um instituto que merece atualizações, entretanto, é o instrumento que se tem, é o marco legal do trabalho, razão pela qual trabalhadores e sindicatos têm atuado no sentido de garantir os direitos previstos naquela Consolidação, através da justiça trabalhista, de mobilizações e, em situação de limite, da greve. A propósito, registrou que o Fórum iniciou uma campanha para defender e fortalecer a CLT, percorrendo todo o País. Assim finalizou: “Vida longa à CLT”. Na sequência, foi exibido um documentário produzido pela Secretaria de Comunicação Social do TRT sobre a história dos 70 anos da CLT. O Sr. Márcio Luiz Fatel, lembrando a expressão de Getúlio Vargas “Trabalhadores do Brasil!”, disse que, para a Fecombase, a celebração dos 70 anos da CLT tem grande significado, haja vista os sindicalistas reconhecerem e saudarem a CLT como instrumento de vanguarda. Falou sobre as transformações políticas, econômicas e sociais sofridas pelo Brasil e historiou sobre os fatos que culminaram com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, que surge para “nos trazer afeição, doçura e humanidade” e, apesar do tempo ser outro e das novas demandas, a CLT, após sete décadas, vem se mantendo coesa e fiel em defesa da classe trabalhadora. Assim concluiu: “Parabéns à nossa querida e eterna CLT”. O Sr. Ricardo Patch rendeu homenagem ao instituto legal que traz a alma do trabalho e caminhos onde se pode estabelecer relação de respeito; muitos tentaram rasgar a coletânea, entretanto, ela sobreviveu e está carecendo de algumas alterações, o mundo mudou. Por fim, destacou o papel fundamental do Ministério Público para fortalecer a CLT. O Sr. George Almeida, afirmando que a Constituição tem princípios caros que foram inspirados na CLT, instituto legal que tem sido o guia nos vinte anos de magistratura dele. Conclamou a todos – trabalhadores, magistrados, deputados e a sociedade em geral – para irem às ruas em defesa da CLT, a coluna estrutural do ordenamento jurídico. O Sr. Alberto Bastos Balazero, asseverando que o trabalho decente tem na CLT o marco, mostrou-se preocupado com algumas proposições que estão tramitando no Congresso, pois alguns princípios básicos da CLT correm o risco de ser revogados, razão pela qual salientou a necessidade de se defender aquele instituto, pois atacá-lo é atacar a Constituição. O Sr. Jairo Lins de Albuquerque registrou emoção por estar naquela Casa “que acolheu com tanto carinho e apreço, por longos 20 anos, a figura do seu pai”. Discorreu sobre o sentimento do Ministério Público do Trabalho sobre a Consolidação das Leis Trabalhistas, que vem cumprindo importantíssimo papel para ver assegurado os direitos dos trabalhadores e ainda tem grande papel a desempenhar na defesa desses direitos. O Sr. Magno Lavigne fez algumas reflexões sobre a forma dos sindicatos pensarem a CLT, afirmando que tudo o que está colocado em defesa do trabalhador é fruto do esforço de muitos que tombaram, o que foi iniciado com os escravos na Bahia. Falou sobre a UGT, que condena o processo de desmonte da CLT, bem como teceu considerações sobre a iniciativa do Projeto de Lei 4.330 do Deputado Federal Arthur Maia que, se aprovado, merece o repúdio do povo baiano. A Sra. Dalila Andrade disse que o Ministério do Trabalho instituiu naquele ano, em todo o País, uma

campanha em defesa da CLT que, aos 70 anos, continua ensinando a todos a respeitar o ambiente de trabalho, cumprindo o papel de promover transformações no Brasil. Registrou que os TRTs estão funcionando eletronicamente e o desafio agora é aplicar as normas dessa “jovem senhora”. A Sra. Isa Maria Simões, em nome do Ministro do Trabalho, parabenizou a iniciativa pela importância que a CLT tem para os trabalhadores e apresentou a mensagem que o Ministro leu no 1º de Maio de 2013. Posicionou-se em defesa da Consolidação das Leis do Trabalho e dos trabalhadores e lamentou que, apesar dos avanços, nos 30 anos em que atua como Auditora Fiscal, ainda existam trabalhadores que têm os direitos desrespeitados - não têm carteira assinada. Concluiu com versos de Gonzaguinha: “[...] E sem o seu trabalho. Um homem não tem honra. E sem a sua honra. Se morre, se mata [...]” para dizer que o trabalho é o instrumento que dignifica o homem. Durante a Sessão a presidência registrou as presenças de diversas representações sindicais. O Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo, agradeceu a presença de todos e, após a execução do Hino da Bahia, encerrou a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –